

# O PUNK COMO FORÇA POLÍTICA E EPISTEMOLÓGICA

JOÃO BATISTA DE MENEZES BITTENCOURT<sup>1</sup>

MINERVA CAMPION CANELAS<sup>2</sup>

Mais do que um estilo de vida ou um gênero musical, o punk se consolidou ao longo do tempo como uma linguagem política de contestação e desobediência. Valendo-se de um repertório semântico que reúne em um mesmo caldeirão rebeldia, escárnio, violência e contestação política, o punk tensiona as normas do *status quo*, confronta autoridades e inventa outros modos de ser e estar no mundo. Seja nas praças, nas periferias ou nos *squats*, o “faça você mesmo” surge como um grito de revolta, uma bandeira que inspira gerações a trilhar caminhos de formas mais autônomas e éticas. É a partir desse cruzamento entre as dimensões política e estética que esse dossiê se propõe a dar sua contribuição, buscando pensar o punk como uma forma de crítica radical às colonialidades nas suas diferentes versões que continuam a se apropriar de nossas subjetividades, padronizando percepções e formas de existência.

Quando pensamos na relação entre o Punk e a Antropologia, geralmente fazemos referência às pesquisas que foram e são desenvolvidas por pesquisadores(as) da área que pensam o punk como um fenômeno social, cultural, político e estético quase sempre relacionado aos modos de ser/estar no mundo das populações jovens ocidentais. Nessa chave interpretativa, ele aparece como um “objeto de estudo”, um fenômeno a ser investigado por estudiosos(as) que o percebem como parte de uma gramática estilística da juventude surgida na segunda metade do século XX. No Brasil, por exemplo, as pesquisas acadêmicas sobre o punk tiveram início em meados dos anos 80, momento em que o país passava por um processo de abertura política após duas décadas de ditadura cívico-militar. Com o enfraquecimento da repressão e a expansão dos fluxos comunicacionais através dos aparelhos de TV, pudemos assistir ao aparecimento de culturas juvenis nas diferentes cidades brasileiras, o que, por sua vez, despertou o interesse dos(as) pesquisadores(as) nas universidades (Bittencourt; Vieira, 2022). Consideramos fundamental o desenvolvimento de estudos que problematizam a diversidade do punk, porém, além de demonstrar a influência que essa manifestação exerceu e exerce sobre a juventude, queremos também pensar a

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Coordenador do Laboratório das Juventudes (Labjuve), Coordenador da *Punk Scholars Network* Brasil (PSN-BR). E-mail: [joao.bittencourt@ics.ufal.br](mailto:joao.bittencourt@ics.ufal.br).

<sup>2</sup> Doutora em Estudos Internacionais. Professora Associada do Departamento de Ciências Políticas da Pontificia Universidad Javieriana, Colombia. Diretora do grupo de pesquisa Estado, Conflitos e Paz. E-mail: [m.campionc@javeriana.edu.co](mailto:m.campionc@javeriana.edu.co).

influência do punk na antropologia. Entendemos que a maior contribuição está no campo epistemológico, especialmente na potência questionadora do pensamento que não cessa de provocar e desestabilizar as estruturas de poder. Lembremos da célebre passagem de A sociedade contra o estado de Pierre Clastres (2003): *“falar é antes de tudo deter o poder de falar, ou ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra”* (p. 68).

Ao aproximar o punk das epistemologias decoloniais, vemos emergir a possibilidade de revisitar o papel das margens, dos corpos e das vozes que desafiam o centro e os poderes estabelecidos. Se o pensamento decolonial nos instiga a confrontar a ordem epistêmica e eurocentrada, o punk, em sua contradição, opera um movimento semelhante, seja no plano político ou estético. Pensemos, por exemplo, no conceito de desobediência epistêmica desenvolvido por Walter D. Mignolo (2008), que sugere justamente o desacato e a ruptura em relação às regras do jogo cognitivo estabelecidas pela colonialidade. Mignolo está propondo um levante contra a colonialidade do poder (Quijano, 2005; 2009), que hierarquiza os saberes e define o conhecimento ocidental como universal; trata-se da recusa como estratégia política. De forma semelhante, o punk propõe uma ruptura contra as distintas formas de opressão que hierarquizam, exploram e retiram dos indivíduos a possibilidade de uma existência autônoma. O capitalismo, o racismo, a xenofobia, o sexismo, o especismo, tornaram-se bandeiras abraçadas pela comunidade punk nas diferentes partes do mundo. Lembremos que o sistema de poder colonial é uma máquina complexa que reúne, sob um mesmo paradigma, as clivagens de classe, raça, gênero, espécie, etc, logo, a desobediência epistêmica se estende por todas as gramáticas de poder que buscam controlar os agentes, tornando-os(as) dóceis politicamente e úteis economicamente (Foucault, 1992).

Até bem pouco tempo, o punk era pensado exclusivamente como um fenômeno cultural cuja origem era disputada entre os EUA e o Reino Unido. De um lado, uns reivindicavam o punk como uma produção estadunidense, destacando as bandas Ramones, *Iggy and the Stooges* e *New York Dolls* e a casa de shows CBGB, como os principais responsáveis pela proliferação da sonoridade. Do outro lado, o discurso dominante era de que o punk surgira no Reino Unido. Além de sempre citarem bandas como *Sex Pistols*, *Buzzcocks* e *The Clash*, é muito comum também as referências a nomes como Malcolm McLaren e Viviane Westwood, que seriam os mentores intelectuais de uma estética punk que fora importada para as diferentes partes do globo. Nossa ideia não é negar a importância de ambas as cenas para o desenvolvimento de uma imagem global do punk. Sabemos que essas referências exerceram e continuam a exercer uma forte influência sobre jovens no mundo todo, porém, essa produção simbólica não fabrica cópias idênticas do punk. Tal produção é tensionada, ressignificada e re-elaborada a partir das vivências e experiências dos atores em seus diversos territórios de origem. Aqui lançamos mão do conceito de hibridização cultural do pensador indiano Homi K. Bhabha (1998), que defende a ideia de que a cultura não é uma

entidade monolítica, mas um espaço de conflito e hibridização, especialmente em contexto pós-colonial. Ao questionar as visões eurocêntricas tradicionais, Bhabha argumenta que o encontro entre as “culturas” do colonizador e do colonizado, produz uma terceira cultura que não é uma coisa nem outra. Mais recentemente, pesquisadores da música têm atribuído o surgimento do punk rock ao grupo peruano *Los Saicos*, uma banda de garage rock do distrito de Lince, que começou a despontar em meados dos anos 1960. Não há nada mais punk do que confrontar as narrativas hegemônicas que invisibilizam as produções culturais de contextos periféricos advindas do sul global. Porém, entendemos que a ideia não é simplesmente inverter a narrativa, transferindo para outros atores o protagonismo, pois, concordando com o sociólogo jamaicano Stuart Hall (2003), a identidade cultural não é fixa, ou unificada, mas um processo contínuo de vir a ser. Desse modo, não se trata de valorizar a produção cultural decolonial por supostamente ela representar uma origem genuína dos fenômenos, mas sim, pela confrontação das narrativas hegemônicas que instauram mitos fundadores, excluindo outras histórias.

As cenas punk latino-americanas, africanas, asiáticas e indígenas, ao traduzirem o ruído para suas próprias histórias, produzem uma *relocalização epistêmica* do punk: uma recusa ativa à colonialidade do ser e do saber. Trata-se, portanto, de pensar o punk não apenas como resistência cultural, mas como insurgência cognitiva e sensorial. Desse modo, mais do que um conjunto de signos estandardizados que circulam pelas diferentes partes do mundo, produzindo padrões estéticos e comportamentais, pensamos o punk como uma experiência marcada por uma heterogeneidade radical (Rodrigues-Ulloa; Quijano; Greene, 2024). Ao discorrer sobre a experiência punk especificamente na América Latina, os organizadores do livro *“Punk! Las Americas”*, concluem que não é possível pensar o punk nesse continente como um bloco unificado, sem levarmos em consideração as distintas experiências vivenciadas pelas diferentes populações que ali habitam, tais como:

[...] una colonialidad de larga duración; una geopolítica del siglo XX llena de conflictos y luchas de liberación que se intensifican en el siglo XXI; una «guerra contra las drogas» tan antigua como la subcultura punk misma; experimentos socialistas, derrotas militantes, intervenciones imperiales y represión estatal; complejos diálogos lingüísticos, migratorios, de género y artísticos, y sus correspondientes silencios; los sueños y pesadillas individuales de determinadas personalidades punk; y más (Rodrigues-Ulloa; Quijano; Greene, 2024, p. 20).

Se, por um lado, a narrativa colonizadora institui o punk como uma invenção européia, especificamente britânica, por outro nos deparamos com uma outra versão dessa narrativa que atribui aos norte-americanos, nesse caso, os estadunidenses, o aparecimento dessa produção estético-política. Tal disputa por hegemonia não se trata de um conflito Europa x América, até porque, concordando com os autores supracitados, *“un punk de los Estados Unidos tiene «más de qué hablar» con un punk británico que con, digamos, un punk mexicano, puertorriqueño o cubano [...]”* (Rodrigues-Ulloa; Quijano; Greene, 2024, p. 20). Ou

seja, não se pode perder de vista que existe uma lógica geopolítica e racializada que sustenta as hierarquias de linguagem. Impossível não pensar na analogia construída pelos filósofos Deleuze e Guattari (1997) para discorrer sobre a identidade em termos de processo e de relações. Ao afirmarem que *"há mais semelhanças entre um cavalo [de lavoura] e um boi [de lavoura] do que entre um cavalo de lavoura e um cavalo de corrida"* (p. 43), os pensadores estão sinalizando que o que realmente importa não é classificação formal ou a espécie que um ser pertence, mas sim a sua capacidade de afetar e ser afetado. De forma semelhante, o fato dos Estados Unidos compartilharem com alguns dos países vizinhos o estatuto de "americano", não coloca eles em uma posição de subalternidade semelhante àquela vivenciada por países como Peru, Venezuela, Colômbia ou Brasil, que também são "americanos", pois, partilham com os colonizadores os mesmos agenciamentos.

Alargar a compreensão do punk para além de uma manifestação cultural nos permite ver outras aproximações entre tal filosofia de vida com os processos de subjetivação e as formas de resistência desenvolvida em contextos coloniais e periféricos. Autogestão, recusa do consumo, crítica a autoridade, criação de espaços e produções alternativas (*Squats*, *Zines*, Coletivos) são aspectos que também atravessam as experiências dos sujeitos que tensionam o universalismo, produzindo epistêmes de resistência. Aqui nos interessa pensar os agenciamentos e os afetos que produzem a revolta que se transforma em ação política. Por ser uma linguagem contestadora e iconoclasta, o punk se conecta aos sujeitos contra-coloniais<sup>3</sup>, aproximando mundos que, para muitos, são distintos. Como exemplo, podemos citar a relação do punk com povos indígenas, que permitiu o aparecimento dos *Mapunkies*, ou punks mapuches. Os mapuches são um povo originário da região sul do continente sul-americano, territórios que foram ocupados no final do século XIX pelo Chile e pela Argentina. Depois de um longo processo de escravização e assassinatos, os mapuches, ao longo do século XX, migraram para as cidades estabelecendo uma comunidade com raízes fincadas na ancestralidade, porém, em postos de trabalho precários. Foi nesse contexto que mistura revolta contra o processo de colonização e contra as condições de trabalho vivenciadas, que o punk alcançou a juventude mapuche, servindo de canal estético e político de denúncia contra a violência colonial imposta.

A postura combativa do punk também vem se misturando a luta antirracista encabeçada pelo movimento negro e a luta anti-LGBTfobia travada pela comunidade LGBTQIAPN+, criando designações como *Afropunk* e *Queerpunk*. Ambas as comunidades vêm utilizando a música e a estética do punk para expressar suas críticas a uma sociedade racista e LGBTfóbica, o que, por sua vez, também provocou tensionamentos dentro do próprio

---

<sup>3</sup> Nas palavras de Antônio Bispo dos Santos (2023), pensador quilombola piauiense, o contracolonialismo refere-se a uma prática, a um modo de vida que confronta ativamente o colonialismo, reivindicando a autonomia cultural, social e territorial de povos marginalizados como indígenas e quilombolas.

movimento que vem cada vez mais questionando as opressões raciais e de gênero/orientação sexual no seio da própria cultura punk. Além desses dois movimentos, não podemos deixar de destacar a importância da luta organizada pelas mulheres para combater o machismo e o sexismo presentes na cena punk. O *Riot Grrrl*, movimento surgido no início dos anos 1990, frequentemente associado à terceira onda do feminismo, tem empoderado mulheres jovens nas diversas partes do mundo na luta contra as opressões de gênero. É importante destacar que as opressões não são vivenciadas de maneira individualizada por cada grupo. Mulheres podem sofrer opressões de gênero e orientação sexual, do mesmo modo que homens e mulheres homossexuais podem sofrer opressões de raça e classe. Logo, é fundamental, como sugere Lugones (2020), expandir a noção de colonialidade do poder, interseccionando as dimensões entre raça, classe, gênero e sexualidade.

Os textos reunidos neste dossiê exploram essa convergência entre estética, política e território. Entre arquivos subterrâneos e práticas contemporâneas, entre *fanzines*, performances e experiências de autogestão, os autores e autoras aqui reunidos interrogam o punk a partir das margens, das ruas e das periferias. As reflexões aqui apresentadas convidam à escuta radical do ruído — um ruído que descoloniza, que desestabiliza e que insiste. O punk que se faz nas bordas do mundo global não é só barulho: é projeto de mundo, é recusa da colonialidade, é invenção do comum.

Tendo em conta o panorama descrito anteriormente, que enquadra o contexto e o lugar teórico e epistemológico do qual emana este dossiê, passamos a apresentar os artigos que o compõem. O trabalho de Tiago Jesus Vieira intitulado *“Insurgência e Reexistência no Punk na Região Metropolitana de São Paulo”*, analisa como o punk no Brasil, entre 1977 e 1985, especialmente em São Paulo, funcionou como uma forma de insurgência, reexistência e campo de disputa durante os últimos anos da ditadura militar e da transição democrática. A partir dos conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser, e revisando a historiografia e as fontes primárias da cena punk, examina como os jovens transformaram a precariedade, a censura e a exclusão social em práticas contestatórias como música, *fanzines*, festivais e redes. O autor também estuda as tensões internas do movimento, que incluem a apropriação ambígua de símbolos nos quais se evidenciam disputas pela autenticidade e os efeitos da colonialidade, assinalando que a identidade punk não foi homogênea, mas se articulou a partir de tensões entre grupos, territorialidades e leituras políticas divergentes.

Prosseguindo na mesma cidade, mas sob uma perspectiva de gênero, o artigo de João Augusto Neves e Mayara Rodrigues, *“As minas no “começo do fim do mundo”: te(n)sões e rupturas nas relações de gênero e classe do movimento punk brasileiro”*, analisa a performance das mulheres punk no festival “O Começo do Fim do Mundo”, considerado um marco do punk brasileiro. A partir de uma metodologia de revisão de arquivo que reúne fotografias,

registros audiovisuais e *fanzines*, os autores mostram como o esforço dessas mulheres transformou um espaço dominado por homens e por práticas baseadas no machismo e nas relações de classe. Dessa forma, o artigo evidencia que as mulheres não foram sujeitos passivos nem marginais, mas se articularam para romper com as normas do sistema sexo/gênero. No entanto, é necessário destacar que a cena punk de São Paulo possui um componente estrutural patriarcal que funciona como campo de disputa em torno das relações políticas e estéticas.

Em um plano igualmente centrado na articulação entre cena, território e desigualdades de gênero, o texto de Aline Passuelo de Oliveira, intitulado *“Resistências em territórios hostis: contracultura punk no extremo sul do Brasil”*, analisa o movimento punk em Caxias do Sul e Porto Alegre, evidenciando diversos nexos, tensões e ciclos temporais entre os anos 1980 e 2000. O eixo central desse trabalho é a construção da cena musical por parte das mulheres, o que permite descentralizar as estruturas patriarcais tanto na própria cena quanto nas dinâmicas da sociedade conservadora. Ao deslocar o debate espacial centro-periferia para as relações sociais entre homens e mulheres, a autora aponta que estas últimas se encontram relegadas. No entanto, nesse cenário hostil, as mulheres conseguiram criar seus próprios espaços em bandas, *fanzines*, coletivos e casas culturais, incorporando agendas feministas e criando redes solidárias.

Aprofundando essas tensões internas do movimento punk a partir de uma perspectiva feminista decolonial, Isadora Lima Rodrigues no artigo intitulado *“Contra-colonialidade Punk: poética da revolta e subjetividades insurgentes na cena brasileira”*, realiza uma crítica interna ao movimento a partir do conceito de contra-colonialidade punk, que permite questionar as estruturas coloniais presentes na cena. A partir de uma autoetnografia dissidente e contra-colonial, reivindica o uso da própria experiência como ferramenta crítica e epistemológica. Seu relato revela como a cena punk reproduz hierarquias que marginalizam mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+ e corpos com deficiência, evidenciando que a crítica ao capitalismo — central no punk hegemônico — é insuficiente sem o enfrentamento interno das opressões estruturais. Através de fontes secundárias e trabalho de arquivo, mostra como o punk pode ser um espaço para gerar epistemologias outras, mas também um espaço onde se expressam relações desiguais produzidas pelo punk hegemônico.

Em uma linha próxima, embora focada em expressões específicas dentro do campo musical, o artigo *“Subjetividades Dissidentes: Gênero e Resistência no Punk Feminista Carioca”*, de Patricia Conceição Silva, analisa as bandas brasileiras Texuga e Klitoria a partir do movimento *Riot Grrrl* e da resistência feminista decolonial. Esse exercício implica uma dupla ruptura: por um lado, com a estrutura patriarcal e, por outro, com o feminismo branco hegemônico. Assim, mediante uma análise discursiva das letras dessas bandas, narram-se

experiências corporais, violência, afetos e resistências, gerando um lugar de enunciação próprio.

Se nos centrarmos nas formas específicas de opressão racial, este dossiê inclui o trabalho de Henrique Jeske intitulado *“Novas Ocupações Urbanas, Punk e Negritude: Articulações Para a Reexistência no Extremo Sul do Brasil”*, que estuda como o passado escravista de Pelotas e Rio Grande continua configurando as relações raciais, sociais e culturais. Embora o punk tenha se consolidado historicamente como uma expressão de contestação, a cena segue sendo majoritariamente branca, reproduzindo exclusões estruturais que dificultam a participação de pessoas negras. Através da observação participante e de entrevistas, o texto examina como o punk se articula com práticas territoriais de caráter social e decolonial. Esse trabalho aponta para a necessidade de transformar a cena punk não apenas a partir de referências estéticas afrodescendentes, mas mediante a incorporação ativa de experiências e saberes negros.

Por sua vez, o artigo *“O conceito de decolonialidade sob a perspectiva do punk brasileiro: será que esse grito é em vão?”*, de Yasmin Daniella D’Avila, propõe como eixo central a ideia de que as bandas de punk e hardcore do Brasil se anteciparam à crítica à colonialidade em suas letras, especialmente no que diz respeito à destruição do meio ambiente e às diferentes formas de desigualdade. A partir da análise discursiva dessas letras, evidenciam-se debates relacionados à violência contra populações indígenas, ao extrativismo e à marginalidade, que acabam revelando o racismo estrutural existente no Brasil. Desse modo, apresenta o punk como um espaço de resistência que reivindica o conhecimento situado, reflete as realidades locais e desafia narrativas hegemônicas para resistir à colonialidade e ao capitalismo.

Por fim, seguindo essa mesma linha de disputa e geração de narrativas sobre a realidade local, encontramos o texto *“El Punk Medallo y la construcción de mundos otros”*, de Gonzalo Robledo, que aborda essa cena como uma resposta contracultural ao sistema-mundo moderno-colonial. O trabalho, formulado a partir da crítica a esse sistema e ao neoliberalismo, propõe compreender o punk para além do mundo anglocêntrico, isto é, como um fenômeno situado baseado em práticas locais. Assim, mais do que uma imitação do punk inglês, o punk *medallo* se entrelaça com dinâmicas locais enraizadas na violência estrutural, na desigualdade e na perda de horizontes de futuro; por isso, o *“no future”* já existia em Medellín antes da chegada do punk. Finalmente, o texto assinala que o punk *medallo* permite gerar formas de vida alternativas em um horizonte decolonial, articulando críticas ao sistema-mundo moderno-colonial.

Para concluir esta seção, consideramos pertinente destacar como os textos deste dossiê abordam o punk a partir de um olhar heterogêneo, atravessado por múltiplas contradições, tanto internas quanto externas, dentro do marco analítico do sistema-mundo



moderno-colonial. Por um lado, embora possamos afirmar que o punk permite construir e criar mundos outros, por outro, também evidencia as relações de poder próprias dessa estrutura global, enraizadas e reproduzidas dentro da própria cena, e que se expressam nos contextos e nas realidades locais. Isso se torna especialmente visível quando analisado a partir de uma perspectiva interseccional, que permite revelar as opressões vinculadas ao racismo, ao patriarcado e ao capitalismo.

## REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BITTENCOURT, João Batista de Menezes; VIEIRA, Tiago de Jesus. 40 anos de pesquisas sobre o punk no Brasil: novas possibilidades em cena. **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, n. 29, p. 1-16, 2022.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs Vol. 4 - Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

HALL, Stuart. **Da diáspora - identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. //: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje - perspectivas decoloniais**. São Paulo: Bazar do tempo, 2020. p. 51-81.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. //: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. //: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, CES, 2009. p. 73-118.

RODRIGUES-ULLOA, Olga; QUIJANO, Rodrigo; GREENE, Shane. **Punk! Las Americas**. Lima: Pesopluma, 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.